

“ONDE QUERES FUZIL, SOMOS FEIJÃO”: A COZINHA SOLIDÁRIA DA AZENHA EM PORTO ALEGRE/RS COMO EXPRESSÃO DE LUTA E RESISTÊNCIA SOCIAL

Juanita Natasha Garcia de Oliveira¹

Marcos Pereira Diligenti²

Eduardo Cidade³

Tiago de Campos⁴

Ricardo Souza Araújo⁵

Resumo: O presente artigo retrata a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) do Rio Grande do Sul (RS) na implementação do projeto Cozinhas Solidárias. Tem por objetivo a análise do processo de constituição da Cozinha Solidária da Azenha (CSA), fruto da ocupação de um imóvel abandonado da União na capital gaúcha. Alicerçado nos pressupostos teóricos do método dialético-crítico, e com delineamento de pesquisa qualitativa a partir da metodologia de história oral, apresenta experiências de lutas e de resistências sociais de enfrentamento à agudização da fome no Brasil, como elemento que confere unidade às ações interventivas dos movimentos sociais na produção e apropriação do espaço no contexto urbano. A inserção de militância e pesquisa junto ao MTST revela que estes processos são permeados por solidariedade de classe e se apresentam enquanto profícuas estratégias de renovação às bases organizativas da classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; Cozinha Solidária da Azenha; Questão Social; Produção social do espaço.

Abstract: The article portrays the path followed by the Homeless Workers Movement (MTST) in the state of Rio Grande do Sul (RS), during the deployment of the Solidarity Kitchens Project. Its purpose is to analyze the opening process of the Solidarity Kitchen of Azenha (CSA), which is an occupation of an abandoned property owned by the Federal Union in Porto Alegre. Based on the theoretical assumptions of the dialectical-critical method and with a qualitative research design based on the methodology of oral history, it presents experiences of struggles and social resistance to confront the increasing hunger situation in Brazil, as an element that gives unity to the interventional actions of social movements in the production and appropriation of the urban spaces. The inclusion of militancy and research with the MTST reveals that these processes are permeated by class solidarity and present themselves as great strategies for renewal of the organizational bases of the working class.

Keyword: Homeless Workers Movement, Solidarity Kitchen of Azenha, Social Question, Social Production of Space.

¹ Assistente social sanitária, doutoranda PUCRS, juanitapucrs@gmail.com.

² Doutor, Professor Titular PUCRS, mdilig@pucrs.br.

³ Arquiteto e urbanista, mestrando PUCRS, cidadecarniello@gmail.com.

⁴ Arquiteto e urbanista, mestrando PUCRS, tiagodecampos@gmail.com.

⁵ Assistente social, doutoranda PUCRS, ricardo.toxza@gmail.com.

Introdução

“Na vida cotidiana não predomina o longo tempo; predomina o momento, o instante, o presente” (MARTINS, 2000, p. 104) e nesse ínterim de temporalidades, a fome – enquanto categoria eminentemente política – apresenta níveis alarmantes em escala global.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021): “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo” lançado em 2021 revela que, em 2020, “mais de 2,3 bilhões de pessoas (ou 30% da população global) não tinham acesso à alimentação adequada”, sendo as crianças, com idade inferior a 5 anos, as mais afetadas pela desnutrição crônica. O mesmo relatório destaca, também, que 3 bilhões de pessoas não têm acesso à alimentação saudável decorrente do elevado preço dos produtos da cesta básica. Apesar dos impactos sanitário, econômico, político e social agudizados pela pandemia de covid-19, os estudos sobre a temática mostram que a fome tem apresentado dados ascendentes desde 2010, sobretudo nos países da América Latina e Caribe.

Em 2021, mais da metade da população brasileira se encontra em situação de insegurança alimentar⁶ leve, moderada ou grave, atingindo o montante de 19 milhões de pessoas no país (PENSSAN, 2021). Os resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado em 2020, apresenta dados assustadores. Dos 2.180 domicílios participantes da pesquisa, mais da metade dos entrevistados convive com a insegurança alimentar, representando um aumento de 36,7% em relação a 2018. E a gravidade aumenta nas regiões Norte e Nordeste, em lares chefiados por mulheres negras, localizados nas áreas rurais.

Num país de dimensões continentais, que se destaca como potência na produção alimentar em escala global, o agronegócio e os elevados índices de exportação não têm conseguido aplacar o aumento da fome no Brasil. E nessa perspectiva é preciso destacar que boa parte dos alimentos consumidos nos lares brasileiros são produzidos pela agricultura familiar que, na atual conjuntura, tem sofrido com as políticas de austeridade neoliberal, associadas ao desprezo proveniente da gestão de Jair Messias Bolsonaro⁷.

O retorno ao mapa da fome, associado ao aumento do desemprego que assola 14,8 milhões de brasileiros e brasileiras, a regressão dos direitos de cidadania e os poucos investimentos em políticas públicas e sociais, exigem respostas imediatas. Portanto, nos processos de lutas e resistências sociais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a questão alimentar é pauta presente. Ocupar vazios urbanos em situação irregular – que não cumprem com a função social da propriedade estabelecida pela Constituição Federal de 1988 – é a estratégia política mais conhecida do movimento, porém não a única.

Ao longo dos anos, o MTST apresenta acúmulo nos debates sobre insegurança e soberania alimentar, presente nas inúmeras experiências de trabalho organizativo e comunitário, que realiza nos territórios de atuação, as quais se destacam as cozinhas e hortas comunitárias, assim como as interlocuções com os movimentos camponeses. Entre

⁶ A insegurança alimentar se refere ao nível de acesso permanente de alimentos em quantidade e em qualidade adequada para a alimentação humana.

⁷ Entre as medidas adotadas pelo Governo Federal estão: a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Programa Bolsa Família, além de diretrizes e recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

eles podemos citar o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), bem como as mediações promovidas pela Resistência Urbana na América Latina às experiências da Frente Popular Darío Santillán, na Argentina, cuja manutenção de cozinhas comunitárias na região metropolitana e periférica de Buenos Aires tem sido efetiva na organização popular a partir dos territórios em que residem trabalhadores e trabalhadoras.

Nesta perspectiva, o artigo é composto pela experiência do MTST na construção da primeira Cozinha Solidária no Rio Grande do Sul (RS), localizada no bairro Azenha em Porto Alegre (POA). Na sequência, trataremos uma breve análise de conjuntura e os processos de agudização das expressões da questão social, presentes na realidade brasileira e, por fim, serão apresentadas as considerações finais.

O contexto pandêmico e a agudização das expressões da questão social

A extrema direita neoliberal irrompe no cenário político brasileiro como alternativa da elite nacional ao neodesenvolvimentismo. Associada a uma agenda de desmontes de direitos constitucionais, historicamente conquistados por processos de lutas e resistências sociais da classe trabalhadora, observamos o avanço do neofascismo e do fundamentalismo religioso em escala global.

Trabalhadores e trabalhadoras duramente atacados por reformas de cariz ultraneoliberal, políticas públicas e sociais na iminência do estrangulamento orçamentário. Parcos recursos públicos, desmonte da Previdência, da Assistência Social e do Sistema Único de Saúde (SUS). Ataques à ciência e à tecnologia, à educação pública e aos segmentos mais expostos ao conservadorismo e ao moralismo burguês: mulheres, negros, jovens periféricos, indígenas, pessoas LGBTQIA+, militantes dos direitos humanos, entre outros.

Segundo Granemann (2021), a temporada de desmonte dos direitos de cidadania, em que se vive hoje, é fundamentada na perspectiva de limitação dos investimentos públicos e da austeridade fiscal como saída para crises financeiras. A falácia presente no discurso encobre o processo de crise estrutural em que se encontra o capitalismo, ocultando seus limites, incoerências e contradições na forma em que – nesta sociedade – está assentada a exploração e a subtração da riqueza socialmente produzida.

Intensificada por setores da extrema direita, a disputa pelo poder político no âmbito do Estado agudiza a situação econômica do país e abre possibilidades para o capital internacional acirrar a superexploração da mão de obra brasileira e dos recursos naturais, incluindo, também, o direito à vida. Posto que nem mesmo uma crise sanitária foi capaz de sensibilizar o mercado de capitais, colocando sobre a classe trabalhadora a solução para as demandas de dever estatal:

Padecer de fome ou morrer pelo contágio, ao ter de trabalhar sem poder praticar o isolamento físico, não são escolhas e tampouco alternativas mutuamente excludentes no cotidiano da classe trabalhadora; ao contrário, afiguraram-se complementares ou, talvez, reciprocamente combinadas para o extermínio dos excedentários. (GRANEMANN, 2021, p. 5)

Num cenário que contabiliza mais de 607 mil vítimas da covid-19, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2021), ao negar a gravidade da pandemia, incita a população para a desobediência das orientações sanitárias, da adesão à vacina e persiste na cientificidade (não comprovada) de tratamento precoce, ao qual inviabiliza respostas técnico-científicas para o enfrentamento ao coronavírus. Importante salientar que as expressões da questão social não emergem como inéditas na realidade brasileira a partir da pandemia, uma vez que, populações vulnerabilizadas vivenciam de longa data as refrações das crises cíclicas e estruturais do capitalismo. O que se observa nas cidades do Brasil é o agravamento das condições materiais de vida, transmutadas pelas inúmeras contradições engendradas por este modo de produção, quais sejam: o desemprego, a exclusão digital, a violência urbana, a ausência de políticas habitacionais, o acesso à água e à alimentação.

Nesta perspectiva, a rede de proteção social estatal se reduz à administração da barbárie, relegando à família e comunidades a responsabilidade por dirimir a ausência de renda e, conseqüentemente, a fome. Outra questão em destaque, refere-se ao mercado formal de habitação. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, em apenas um ano, as comunidades tiveram um acréscimo de 5% na coabitação familiar (FAPESP, 2020). Contudo, a situação ganha contornos ainda mais dramáticos. Com o agravamento da pandemia, famílias inseridas no mercado informal de moradia fizeram das ruas a alternativa temporária para a questão habitacional.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), a população de rua cresceu desde o ano de 2012 em torno de 140%, realidade que se faz presente nas capitais brasileiras na atualidade. Ao observar ruas e avenidas centrais, as veremos expulsas das portas de prédios comerciais, agarrados aos poucos pertences que ainda restam.

Imersos numa conjuntura de aparente desmobilização social, os movimentos de luta popular da cidade e do campo buscam construir, entre si e as demais organizações políticas da classe trabalhadora, mecanismos que possam mitigar algumas destas expressões da crise atual, como a viabilidade e a manutenção das Cozinhas Solidárias do MTST, por exemplo.

As tensões presentes entre os desdobramentos políticos de cunho antidemocrático no âmbito do Estado e as estratégias de lutas e resistências sociais, protagonizadas por trabalhadores e trabalhadoras nas mais variadas formas político-organizativas, acirram o campo das disputas ideológicas e políticas, promovendo a confrontação do ideário ultraneoliberal. Mesmo figuras notáveis da direita liberal brasileira criticam o posicionamento do Governo Federal no enfrentamento ao coronavírus, relegando aos movimentos sociais, como o MTST, a incumbência de respostas práticas às crescentes demandas dos sujeitos em situação de vulnerabilidade agravada. Seja no campo da habitação e do direito à cidade ou nas demais áreas que interseccionam com o debate do bem-estar social.

O retorno ao mapa da fome e as medidas adotadas pela gestão municipal, do então prefeito Sebastião Melo (MDB), consolida POA/RS como uma das cidades mais desiguais do país. Por meio de uma extensa agenda de alterações do Plano Diretor e concessões à iniciativa privada – vide Fazenda do Arado e os projetos especiais – tornaram a capital um terreno fundamental para o mercado imobiliário e de capitais.

Portanto, apreender a questão social, com ênfase nas refrações materializadas no espaço agrário e urbano, exige um duplo movimento de análise. O primeiro, diz respeito aos antagonismos e às desigualdades presentes na realidade brasileira – com base na caracterização do campo e da cidade, tanto em seus aspectos sócio-históricos, como os econômicos e políticos e, de outro, tornar evidente as formas de lutas e resistências sociais, bem como, os dilemas e as possibilidades presentes na atuação de movimentos sociais organizados territorialmente. Neste sentido, partimos do processo de construção da Cozinha Solidária da Azenha, enquanto ferramenta de mediação entre teoria e realidade na proposição de respostas às expressões da questão social no contexto da fome na cidade de POA/RS.

A cozinha solidária da azenha como expressão de luta e a resistência social

“Vim aqui pegar um almoço e comecei a conversar com eles. E eu comecei a ter vontade de sonhar de novo. Voltei a ter força de lutar, sonhar e vencer” (MATEUS, 2021)

Ocupar e resistir são palavras presentes no cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras sem teto. As ocupações urbanas organizadas pelo MTST se caracterizam pelo grande contingente de pessoas – majoritariamente composto por mulheres negras – que lutam por moradia, cuja coabitação familiar, as condições precárias de habitação, os custos elevados com aluguel ou, ainda, excluídos do acesso ao crédito imobiliário, configuram como particularidades presentes na realidade de quem faz de uma ocupação o local de luta pelo acesso à moradia e o direito à cidade.

Importante ressaltar que a ocupação de vazios urbanos e espaços ociosos que não cumprem com a função social da propriedade, conforme estabelecida pela Constituição Federal de 1988, é a estratégia política mais conhecida do movimento, justamente pelo caráter contestatório de denúncia, referentes às demandas de moradia popular e as demais determinações que constituem a questão urbana. Entre elas: trabalho, renda, saúde, educação, soberania alimentar, acesso às políticas públicas e sociais.

Neste ínterim, propõe-se aprofundar as discussões em torno da produção e da apropriação do urbano no contexto brasileiro e latino-americano, compreendendo os avanços e retrocessos que a classe trabalhadora vem construindo na disputa política do Estado, ainda que nos limites da hegemonia burguesa. Esta conjuntura, que desnuda de maneira cruel e avassaladora a falência dos valores e das relações de exploração que fundamentam a sociedade capitalista, especialmente num país de economia dependente como o Brasil, exige que as lutas e as resistências sociais estejam conectadas à vida cotidiana e aos seus aspectos mais elementares da sobrevivência humana, como o direito à alimentação, por exemplo.

Contudo, não significa ocultar os demais aspectos de tensão e antagonismo presentes na realidade social, mas, justamente, compreender as relações contraditórias que a configuram. Esta realidade, que se apresenta prenhe de potencialidade transformadora, urge de propostas organizativas advindas dos segmentos populares que tenham como diretriz a participação política dos sujeitos na disputa da riqueza socialmente produzida para além dos mecanismos propostos pelo Estado burguês.

Ao longo dos anos, o MTST apresenta o acúmulo de inúmeras discussões e ações organizativas em torno da questão alimentar, para além das experiências presentes nas ocupações urbanas. Dado o agravamento da fome nas cidades brasileiras, o movimento construiu campanhas nacionais para arrecadação de alimentos: em 2019, com a “Periferia Sem Fome” e em 2020 com o “Fundo de Solidariedade aos Sem-teto Atingidos pelo Coronavírus”. Além de auxiliar territórios periféricos na estruturação e manutenção de cozinhas comunitárias, como as existentes na Ocupação Povo Sem Medo e no Condomínio Nosso Senhor do Bonfim, ambos no bairro Sarandi e a Cozinha Comunitária dos Maristas no bairro Rubem Berta, todas em POA/RS.

As Cozinhas Solidárias do MTST surgem em decorrência da crise econômica, política e social que assola o Brasil, mas também como ferramenta de mobilização, participação e organização popular que reúne inúmeros trabalhadores e trabalhadoras em torno da proposição de estratégias que possam tornar visíveis as demandas que emergem do cotidiano. As cozinhas representam mais que um local que proporciona uma refeição de qualidade, elas simbolizam espaços de resistência e luta popular em torno da construção de uma sociedade radicalmente avessa aos ditames do capital.

Segundo a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) de Porto Alegre, em 2020 tivemos o aumento de 38% de pessoas em situação de rua na capital gaúcha. Em números absolutos, significa afirmar que 1.075 pessoas passaram a fazer de parques, ruas e avenidas o seu local de moradia. O bairro Azenha – território escolhido para inaugurar a primeira Cozinha Solidária no RS – não dispõe de equipamentos sociais suficientes para atender às demandas da população, mesmo abrigando, no território, imóveis públicos em situação de abandono. Localizado na Avenida da Azenha, nº 1.018, o imóvel da união foi ocupado pelo MTST e distribuiu, gratuitamente, em 18 dias, mais de 3 mil refeições individuais:

O MTST ocupou o terreno da Cozinha, localizado na Azenha, em 26 de setembro, com o intuito de montar uma estrutura para servir refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar no bairro, mas também para denunciar o abandono do imóvel, que pertence a União e estava desocupado há anos. Por meio da Superintendência de Patrimônio, a União ingressou com um pedido de reintegração de posse no dia 27 de setembro, obtendo uma liminar favorável no mesmo dia. Representantes legais do projeto tentaram reverter a decisão e abrir um canal de diálogo para a manutenção da Cozinha, mas obtiveram na segunda instância apenas uma decisão favorável a manter o projeto funcionando enquanto não ficava definido um prazo para a reintegração de posse. Como resultado, uma reunião de mediação foi realizada pela juíza Ana Maria Wickert, que terminou sem acordo. Posteriormente, ela decidiu pela reintegração de posse, estabelecendo um prazo para a desocupação do local, que já expirou, e rejeitou os pedidos de reconsideração feitos pelo MTST. (SUL, 21, 2021)

Em meio à dinâmica processual, a vinculação das pessoas junto às atividades da Cozinha Solidária da Azenha (CSA) foi realizada mediante cadastro aplicado por militantes do movimento e revelou que: a) 79% dos usuários são homens, em idades de 33 a 55 anos; b) acessam o mercado informal de trabalho, mas declararam a constante instabilidade na manutenção da renda; c) 45% das pessoas cadastradas afirmaram não ter acesso a nenhum

tipo de renda; e d) majoritariamente residem no próprio bairro e se declararam em situação de rua.

No curto período em que a CSA permaneceu no imóvel, cuja reintegração de posse foi executada no dia 18 de outubro, foi possível vislumbrar a potência latente em ações coletivas de intervenção direta, como a proposta de uma ocupação. Um espaço antes abandonado, revitalizado por tendas, painéis e fogão. Diferentes atores sociais se fizeram presentes para declarar apoio, participar da construção de horta comunitária, desenvolver atividades artísticas e culturais e garantir a manutenção e o funcionamento da cozinha.

Esse mesmo espaço, alvo da especulação imobiliária, dos lucros, da verticalização da vida, da venda do patrimônio público, foi palco da solidariedade de classe, dos sonhos e esperanças. Esperanças estas verbalizadas pelas muitas Marias, Mateus, Magdas e Alex. Pelo sapateiro da esquina, atendentes do comércio e transeuntes curiosos. Um espaço plural de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, coletivos, artistas, vizinhança local, legumes e verduras da agricultura familiar. Em suma, num contraste evidente, aos 18 dias de intimidação da força policial e do assédio do Estado, mostraram mais uma vez, os limites da democracia burguesa. Além de pautar politicamente a fome na cidade de Porto Alegre e denunciar a ausência de serviços públicos que respondam às necessidades sociais da população, a ocupação se propôs a elucidar um debate invisibilizado pelo poder estatal e pela sociabilidade burguesa, no que tange o espaço enquanto produção social.

Uma produção que, engendrada pela contradição, dá-se no processo de inclusão mediada pela exclusão. A criação (da horta, da rua, da rede elétrica, da pracinha, da própria Cozinha Solidária da Azenha) enquanto expressão material da humanidade, produzida pela informalidade das legítimas necessidades sociais, são espaços que se conformam pelo encontro de subalternidades. Muitas dessas concentradas em contextos geográficos de abandono, apartados da cidade “dita formal”, na conformação do traçado de uma linha imaginária que define quais extratos sociais são detentores de direitos (OLIVEIRA, 2021). Mais que isso, vincula-se ao processo de apropriação coletiva do espaço e do urbano como estratégia fundamental à luta anticapitalista, uma vez que:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBVRE, 2001, p. 113)

Portanto, a cidade enquanto lócus privilegiado em que se expressa a luta de classes, ao mesmo tempo como palco de tensão e antagonismo de diferentes projetos societários circunscritos na esteira dos conflitos fundiários, políticos, econômicos e sociais, a torna um espaço de conteúdo eminentemente político e estratégico como sinalizado por Lefebvre (2008). E disputá-lo é, sem dúvidas, uma tarefa das organizações políticas da classe trabalhadora.

Consequentemente, implica a ruptura com as estruturas que condicionam a cidade à esfera do consumo, trazendo à tona “a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares, dos signos)” (LEFEBVRE, 2001, p. 35). Requer a

ampliação das lutas e resistências sociais que caminham em direção a construção do poder popular e da revolução urbana (OLIVEIRA, 2021).

Nem mesmo a reintegração de posse foi suficiente para ocultar a vida e a obra renovada construída no processo de ocupação. Acolhida pela vizinhança do bairro Azenha, a CSA continua a produção alimentar num espaço cedido por moradores da região. São mais de 170 refeições distribuídas diariamente na Praça Princesa Isabel, para pessoas em situação de rua, entregadores e motoristas de aplicativo, trabalhadores e trabalhadoras do comércio.

A CSA se mantém como cenário que expressa a potência transformadora da solidariedade de classe e permanece em negociação com o poder público, em âmbito municipal e estadual, sem maiores avanços. Os processos de lutas e resistências populares materializam o que Engels já sinalizava em 1844: “se os trabalhadores não se ajudassem mutuamente tanto quanto possível, cada crise varreria, sem dúvida, multidões de excedentes que morreriam de fome” (ENGELS, 1985, p. 107).

Considerações finais

Buscou-se, ao longo deste artigo, situar a dimensão concreta de dramática escassez alimentar – realidade que assola grande parte da população brasileira na atualidade – como resultado agudizado pela pandemia sanitária produzida e agravada pelas políticas neoliberais, no sentido de amenizar a queda tendencial da taxa de lucro, inerente às crises estruturais do capital.

A fome, como uma das expressões da questão social, revela, simultaneamente, inúmeras interdições a que é submetida à classe trabalhadora brasileira em cenários de crise. Nessa perspectiva, o (não) direito à cidade institui-se como elemento relevante para a análise do palco de disputa e tensionamento entre o poder hegemônico burguês e os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.

Apreender as interfaces da questão social e suas expressões na luta pelo direito à cidade nos exige mergulhar em espaços permeados por contradições, cujas estratégias de resistência surgem enquanto respostas às necessidades mais elementares da sobrevivência humana. Engendradas por uma complexa trama social, são capazes de apontar – num mesmo tempo presente – a construção de respostas coletivas às demandas comumente tratadas como individuais.

Seguindo este viés, a investigação em pauta trouxe a cidade de Porto Alegre enquanto cenário da luta de classes e o MTST como elemento articulador dos movimentos sociais de resistência, cujas estratégias de luta e enfrentamento daqueles silenciados pelo ruído de um sistema capitalista agonizante, infere o esgotamento de suas formas de reinvenção para a manutenção da relação de dominação e exploração.

A cidade/território, como palco derradeiro do enfrentamento de classe, emerge, neste cenário, como produto e produtora do ser, de suas relações com seus pares e das suas interfaces com o meio ambiente. Sua concepção como processo de construção social, econômica, cultural e política exige, na atualidade, ações urgentes e concretas.

A CSA em POA/RS é um desses exemplos de luta e resistência. A segregação, exclusão e individualismo, tipificadas na agenda neoliberal, é contraposta pela coletividade

na concepção da solidariedade ativa. A cidade do capital é confrontada por outra perspectiva, que não a *valorização do valor*.

Em tempos de proliferação de uma *política do fuzil*, implementada por governo de cariz ultraliberal no Brasil, torna *o feijão e a alimentação*, enquanto direito humano, uma das respostas concretas e necessárias. Para que, como mencionado anteriormente, “ao pegar o almoço”, instiguem-se as conversas conscientizadoras. E a classe trabalhadora retorne novamente a cenários de sonhos, lutas e vitórias.

Nosso horizonte, sem dúvida, precisa caminhar em direção à superação do modo de produção e reprodução capitalista. Nossa meta deve estar ancorada ao exercício de emancipação do ser e da humanidade da vida em sua plenitude.

Referências

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

GRANEMANN, S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

IPEA. **Nota Técnica, 73**. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). São Paulo, 12 de junho de 2020.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Minas Gerais: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, J. N. G. O. **“Quem não pode com a formiga, não atíça o formigueiro”**: O Serviço Social e as Interfaces da Questão Social expressas na Luta pelo Direito à Cidade. 179 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ONU. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo**. Roma, FAO. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/sofi-2021/>. Acesso em 15 out. 2021.

PENSSAN. **Olhe para a fome**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 13 out. 2021.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, jan./jul., p. 33-40, 2001.

Notícias:

ARANTES, J. T. Déficit habitacional é obstáculo para isolamento vertical, dizem pesquisadores. **Agencia FAPESP**, 2 abr. 2020. Disponível para consulta em:

<https://agencia.fapesp.br/deficit-habitacional-e-obstaculo-para-isolamento-vertical-dizem-pesquisadores/32874/>. Acesso em: 12 out. 2021.

Juíza marca despejo da Cozinha Solidária da Azenha para quarta-feira (13). Brasilde Fato, 12 de outubro de 2021. Disponível para consulta em:

<https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/10/juiza-marca-despejo-da-cozinha-solidaria-da-azinha-para-quarta-feira-13/> Acesso em: 12 out. 2021.